

## Intervenção ORAM

Lamentamos que este, não seja um orçamento de renovação, mas de continuidade das políticas praticadas nos últimos anos. Continuidade da austeridade do passado, mantendo os sacrifícios à esmagadora maioria dos cidadãos, mesmo com o retorno da autonomia financeira. Continuidade, sobretudo, das políticas de empobrecimento. Continuidade da condição de “bom aluno” da troika, por parte deste governo, o que contraria o programa eleitoral e o próprio programa deste governo.

Um das bandeiras deste governo seria, e bem, a aposta num aprofundamento das políticas sociais para a Região. O que, aliás, se afigura urgente e necessário face ao contexto sócio-económico actual, com o desemprego mais elevado do país, com a taxa de emigração jovem mais elevada do país, e até com a taxa de violência doméstica mais elevada do país, e isto, por si, também reflecte o constrangimento social e económico que atravessa a nossa Região.... Mas este Orçamento vem contrariar as intenções iniciais deste governo, são menos 3,6 Milhões de Euros para defesa da inclusão e dos assuntos sociais, menos 10 % do que no ano anterior!

Ao invés, continua o grande investimento e aposta nas obras- a secretaria que detém as obras públicas é quem tem maior dotação financeira, assim como a do turismo, o que não é mau e isto não é detrator, apoiamos igualmente esses aspectos, mas não concordamos que minorizem e prejudiquem outros, como os sociais, os culturais, os da saúde e da educação, sectores que perderam mais com este orçamento em relação ao ano anterior

Defendemos, em matéria social, a criação de um plano integrado de desenvolvimento social e económico, sobretudo para os concelhos com menor poder de compra, definindo acções estratégicas, efetivas e eficazes, que rebatam os problemas sócio-económicos que submetem essas populações, e a precárias condições de vida.

Ainda, no que concerne a estratégias no âmbito social, defendemos um Fundo de Compensação Salarial e uma majoração de 10 % do montante do subsídio de desemprego aos seus beneficiários de desemprego de longa duração, integrados sobretudo em agregados familiares com mais do que um elemento desempregado e com crianças no seu encargo, ou para famílias monoparentais cujo titular esteja no desemprego. Defendemos que se aplique igual política social para casais em união de facto, quando um dos dois está em situação de desemprego sem auferir de qualquer prestação social ou subsídio de desemprego.

Aos desempregados de longa duração propomos um pacote de apoio financeiro complementar, sobretudo para os que se encontram em condições de maior vulnerabilidade de onde resulte uma maior dificuldade para arranjar emprego. Como? Através de um Fundo de Compensação Social. Porque é imperativo o apoio humanitário e social aos nossos cidadãos em condições de grande fragilidade e vulnerabilidade e para isso é necessário que se dote o orçamento regional com verbas suficientes para acudir e executar estas propostas de apoio. É preciso atenuar, também, os valores das prestações sociais a esta faixa populacional através de mecanismos correctores desses valores.

É preciso combater a pobreza e a morte social na nossa Região, sobretudo nas localidades em situação de maior risco, dinamizando medidas para o desenvolvimento económico e social desses locais, com combate ao isolamento e à desertificação dos mesmos, acudindo as populações confrontadas com a pobreza, incentivando iniciativas para a criação de novos postos de trabalho e apoiando as micro-empresas locais, num efeito colectivo e global de coesão económica, social e humana dessas localidades.

Defendemos, a propósito do combate à pobreza e da defesa das políticas sociais, um complemento de pensão e reforma, e já o propusemos, a par de outras forças partidárias, nesta casa, para os pensionistas e reformados, por velhice, invalidez ou imperativo de sobrevivência, que auferam montantes inferiores ao salário mínimo regional. A pobreza não é ficção na nossa região, aumenta drasticamente, entre nós. À noite são muitos a recolher comida dos caixotes de lixo, a dormir na rua... e muitos são idosos. Muitos são os novos pobres no palco da exclusão social, os “sem-abrigo, sem-papéis, sem poder”, como escreveu o sociólogo Luís Fernandes. Ainda segundo ele, são “os políticos mais proeminentes que lutam por uma sociedade sem classes”.

Para a execução destas e de outras políticas de cariz social, propomos a criação de um fundo de compensação social, para que sejam disponibilizados meios financeiros para a nossa Região, distante e ultraperiférica, para a efectivação de medidas sociais adequadas às nossas especificidades insulares dirigidas aos cidadãos acometidos pela pobreza e exclusão social. Não se pode menosprezar os custos da insularidade distante, pelo que a concretização de complementos pecuniários, onde se inclui o subsídio de insularidade e outros apoios sociais, são de assegurar tendo em vista a efectivação de medidas sociais adequadas às nossas particularidades regionais.

Concluindo, é preciso acabar com a fome, com a miséria e com a exclusão social na nossa Região! Porque a principal função da política é essa: a de salvar e de melhorar vidas! E um orçamento governativo só pode ser vocacionado para a VIDA do nosso Arquipélago.